

SEÇÃO 23 - PROGRAMA DE AÇÕES A JUSANTE

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES



Porto Velho/RO

**PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PARA AS ETAPAS 1, 2, 3 e 4 – SEGUNDA
VERSÃO PBA – AÇÕES A JUSANTE DA UHE SANTO ANTÔNIO****1. Introdução**

O Programa de Ações a Jusante visa, entre outras temáticas, a implementação de quatro agroindústrias nas comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira, no trecho compreendido entre Porto Velho e Calama. Estas estruturas produtivas tiveram sua execução solicitada quando da realização do Processo Participativo, no sentido de melhorarem a qualidade de vida de parte da população do referido trecho para mitigar o potencial impacto face à retenção de sedimentos pelos barramentos das usinas em implantação no rio Madeira.

Por se tratar de comunidades com estilo de vida diferenciado e modo de produção característico, o Plano Básico Ambiental inicial passou por um processo de revisão, no sentido de ser inserido no corpo do documento aspectos que pudessem garantir outras formas de comprometimento do empreendedor junto às comunidades, dentro de um processo de cunho mais participativo e qualificado, onde as necessidades endógenas e o modo de vida dos ribeirinhos fossem considerados dentro da perspectiva sócio-ecológica, além de promover a adoção de medidas precaucionárias em função não somente dos impactos ambientais que podem ocorrer na bacia mas como eles podem ser percebidos e vivenciados pelos diferentes atores, impactando os diferentes interesses, seja no contexto social local, regional ou nacional.

Para a adoção de estratégias para a implementação das agroindústrias em comunidades consideradas como tradicionais, há que se considerar todas as variáveis de cunho social, econômico, ambiental e político para que a construção das bases desses empreendimentos sejam fortalecidas e capaz de promover uma situação dialógica entre os sujeitos envolvidos no processo. Portanto, de acordo com a segunda versão do PBA, três referenciais com os quais o empreendedor deverá se comprometer a trabalhar junto às comunidades ribeirinhas, são:

- a) O conceito de *sistemas abertos Sustentáveis* (Fabr  et al,2003) como base para a melhoria da qualidade de vida destas popula es;

- b) O processo de *gestão adaptativa* como ferramenta de planejamento (CMP,2007: Salafsky et al, 2001);
- c) O *processo participativo qualificado* como balizador das tomadas de decisões.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, aprovada pelo Decreto no. 6.040 de 07/02/2007, reafirma a importância do reconhecimento, valorização e o respeito à diversidade socioambiental existente no país e sua política tem entre seus objetivos *promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.*

Define ainda, **Povos e Comunidades Tradicionais como:** *grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.* Partindo dessas premissas, as etapas a serem realizadas deverão considerar substancialmente o arcabouço metodológico descrito na segunda versão do PBA, e onde o desenvolvimento das atividades está definido em etapas assim especificadas:

2. Planejamento das Etapas

Etapa 1: Pactuação com as comunidades e demais atores pertinentes dentro do conceito da participação qualificada, a respeito da Visão, Objetivo Geral, e Objetiva Específicos do Programa.

Nessa etapa serão realizadas oficinas de sensibilização e nivelamento das informações sobre os empreendimentos a serem implantados junto às comunidades envolvidas. Visando atingir o maior número de pessoas ao longo do Rio Madeira, Rio Machado e Rio Preto, as comunidades foram aglutinadas pela disposição física de

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA DO AGRONEGÓCIO RONDONIENSE

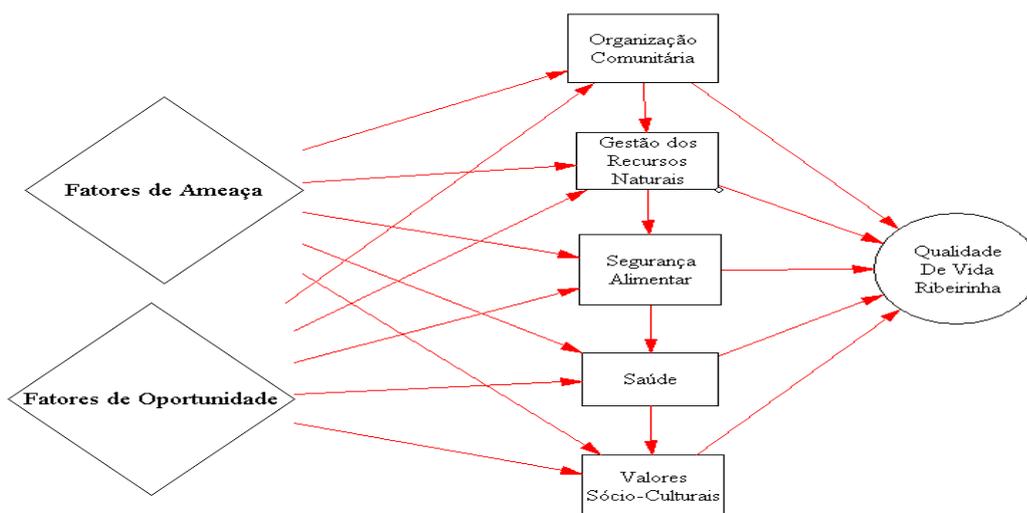
suas localizações geográficas, permitindo que ocorram diversos eventos e não apenas nos Distritos onde serão os núcleos dos empreendimentos.

Cronograma de realização das oficinas de Sensibilização e nivelamento de informações sobre os empreendimentos

Local de realização	Comunidades Envolvidas	Meses/semana							
		Março/2010				Abril/2010			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Distrito de Demarcação	Demarcação – área urbana, e comunidades ao entorno: Lago do Jamari; Lago do Cuniãzinho, Patoá, Independência, Boa Vista, Vista Alegre.								
Distrito De Calama	Comunidade do entorno: Gleba Rio Preto, Aliança do Rio Preto, São Vicente, Santa Maria, Firmeza, Ilha de Assunção, Fortaleza, Nova Esperança e Ressaca.								
Distrito de Calama	Área urbana de Calama.								
Santa Catarina	Santa Catarina e comunidades do entorno: Papagaios, Santa Rosa, Espírito Santo, São José da Praia, Conceição do Galera, Laranjal, Bonfim, Ilha de Iracema, Pomba, Santa Catarina – área urbana.								
Distrito De Nazaré	Nazaré – área urbana comunidades do entorno: Prainha, Boa Hora, Vista Alegre, Boa Vitória, Ilha dos Periquito, Canarana, Ilha de Canarana, Bom Será e Curicacas.								
Distrito de São Carlos	São Carlos – área urbana e comunidades do entorno: Santo Antonio do Baixo Madeira, Santa Luzia, Terra Caída, Primor, Guarani, Prosperidade, Ilha Sobral, Ilha Brasileira e Bom Serazinho;								
Bom Jardim	Comunidade de Bom jardim e comunidades do entorno: Belém, Itacoã, Pau D’Arco, Ilha dos Veados, e Ilha dos Mutuns.								
Cujubim Grande	Cujubim Grande e comunidades do entorno: Nova Aliança, Aliança, Uepurunga, Cujubim Pequeno, Mutun do Baixo Madeira, Santana, São Miguel.								

Etapa 2: *Elaboração do Diagnóstico Situacional através de Modelo Conceitual*

A proposta metodológica segundo o PBA, entende que as diversas intervenções que devem ocorrer ao longo do presente subprograma devem afetar as diferentes dimensões do modo de vida ribeirinho, porém, de forma sistêmica, espera-se que todas possam contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida. Inspirado na referência de Fabré et al (2003), propõe-se com alguns ajustes, quais as dimensões que possam se constituir em bases para a resiliência da qualidade de vida da população ribeirinha.



Modelo Conceitual Qualidade de Vida Ribeirinha (2 Versão PBA)

Embora o foco da implementação das agroindústrias seja o aspecto econômico, as dimensões elencadas compõem o cenário produtivo dos quais os fatores de ameaça e de oportunidade devem ser considerados. A Organização comunitária é o pilar de sustentação dos empreendimentos; sem ela dificilmente haverá o processo de industrialização. Os recursos naturais, devem ser mantidos em sua forma atual, com o mesmo respeito às matas e as águas que as comunidades tem mantido ao longo

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA DO AGRONEGÓCIO RONDONIENSE

de várias décadas. A segurança alimentar e a saúde, advêm da manutenção dos recursos naturais e as alterações que ocorrerem devem levar em consideração estes dois fatores, como suporte do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade do fator produtivo.

No entanto, são os valores sócio-culturais que devem ser considerados relevantes nesse processo de inovação e de proposta para o desenvolvimento do processo produtivo. Nele deve estar incorporado o tempo e as variáveis que determinam o comportamento e o comprometimento dessas comunidades e isto requer, portanto, estratégias que coordenem as diferentes iniciativas, preencha as lacunas existentes e crie as bases para amplificar os resultados positivos de experiências bem sucedidas, que possibilite o avanço na estruturação de cadeias produtivas e na consolidação de mercados para os produtos oriundos daquelas comunidades

A implementação do modelo conceitual será considerando os sistemas abertos, e os fatores de ameaças e de oportunidades serão levantados em oficinas que serão realizadas nas mesmas comunidades anteriormente mencionadas, conforme cronograma:

Cronograma das Oficinas para Elaboração do Diagnóstico Situacional através de Modelo Conceitual

Local de realização	Comunidades Envolvidas	Meses/semana							
		Abril/2010				Maio/2010			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Distrito de Demarcação	Demarcação – área urbana, e comunidades ao entorno: Lago do Jamari; Lago do Cuniãzinho, Patoá, Independência, Boa Vista, Vista Alegre.								
Distrito De Calama	Comunidade do entorno: Gleba Rio Preto, Aliança do Rio Preto, São Vicente, Santa Maria, Firmeza, Ilha de Assunção, Fortaleza, Nova Esperança e Ressaca.								
Distrito de Calama	Área urbana de Calama.								
Santa Catarina	Santa Catarina e comunidades do entorno: Papagaios, Santa Rosa, Espírito Santo, São José da Praia, Conceição do Galera, Laranjal, Bonfim, Ilha de Iracema, Pombo, Santa Catarina – área urbana.								
Distrito	Nazaré – área urbana comunidades do entorno:Prainha,								

De Nazaré	Boa Hora, Vista Alegre, Boa Vitória, Ilha dos Periquito, Canarana, Ilha de Canarana, Bom Será e Curicacas.								
Distrito de São Carlos	São Carlos – área urbana e comunidades do entorno: Santo Antonio do Baixo Madeira, Santa Luzia, Terra Caída, Primor, Guarani, Prosperidade, Ilha Sobral, Ilha Brasileira e Bom Serazinho;								
Bom Jardim	Comunidade de Bom jardim e comunidades do entorno: Belém, Itacoã, Pau D’Arco, Ilha dos Veados, e Ilha dos Mutuns.								
Cujubim Grande	Cujubim Grande e comunidades do entorno: Nova Aliança, Aliança, Uepurunga, Cujubim Pequeno, Mutun do Baixo Madeira, Santana, São Miguel.								

Etapas 3: Alinhamento do Apoio a Atividades Produtivas (sensu PBA anterior a presente revisão - Anexo A)

O desenvolvimento desta etapa, requer uma operacionalização mais focada no aspecto produtivo, portanto, cinco fases compõem esta etapa, consideradas determinantes no processo de alinhamento ao processo produtivo, levando-se em conta ainda, as dificuldades em obtenção de dados recentes, mais qualitativos e quantitativos para análise e dimensionamento dos empreendimentos.

Esta fase ocorrerá concomitantemente com as *Etapas 1 e 2*.

Fase I- Já está iniciada com o inventário da produção (dados primários) e levantamento de dados secundários. Nesse inventário também está sendo realizado o cadastro das comunidades a jusante, conforme orientação PBA.

Fase II - Realização de uma pesquisa de mercado nos meses de abril e maio.

Fase III - Serão realizadas oficinas para com objetivo de formatar o desenho das cadeias produtivas, a partir da percepção da comunidade, nos seguintes locais:

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA DO AGRONEGÓCIO RONDONIENSE

Cronograma das oficinas para formatar o desenho das cadeias produtivas, a partir da percepção da comunidade

Local de realização	Comunidades Envolvidas	Meses/semana							
		Março/2010				Abril/2010			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Distrito de Demarcação	Demarcação – área urbana, e comunidades ao entorno: Lago do Jamari; Lago do Cuniázinho, Patoá, Independência, Boa Vista, Vista Alegre.								
Distrito De Calama	Comunidade do entorno: Gleba Rio Preto, Aliança do Rio Preto, São Vicente, Santa Maria, Firmeza, Ilha de Assunção, Fortaleza, Nova Esperança e Ressaca.								
Distrito de Calama	Área urbana de Calama.								
Santa Catarina	Santa Catarina e comunidades do entorno: Papagaios, Santa Rosa, Espírito Santo, São José da Praia, Conceição do Galera, Laranjal, Bonfim, Ilha de Iracema, Pomba, Santa Catarina – área urbana.								
Distrito De Nazaré	Nazaré – área urbana comunidades do entorno: Prainha, Boa Hora, Vista Alegre, Boa Vitória, Ilha dos Periquito, Canarana, Ilha de Canarana, Bom Será e Curicacas.								
Distrito de São Carlos	São Carlos – área urbana e comunidades do entorno: Santo Antonio do Baixo Madeira, Santa Luzia, Terra Caída, Primor, Guarani, Prosperidade, Ilha Sobral, Ilha Brasileira e Bom Serazinho;								
Bom Jardim	Comunidade de Bom jardim e comunidades do entorno: Belém, Itacoã, Pau D’Arco, Ilha dos Veados, e Ilha dos Mutuns.								
Cujubim Grande	Cujubim Grande e comunidades do entorno: Nova Aliança, Aliança, Uepurunga, Cujubim Pequeno, Mutun do Baixo Madeira, Santana, São Miguel.								

É possível que no transcorrer dos trabalhos, haja indicações para fomentar agroindústrias diferentes das previstas, visto que as características das comunidades a jusante são tipicamente diferenciadas dos demais produtores

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISA DO AGRONEGÓCIO RONDONIENSE

familiares e, conhecendo-se o seu potencial produtivo, pode-se perfeitamente utilizar o conceito definido no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: *Um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais e que asseguram a distribuição justa e eqüitativa dos seus benefícios.*

Fase IV - Serão realizadas oficinas para definição de cadeias produtivas e pactuação com a comunidade.

Nessa fase ocorrerá a apresentação das cadeias produtivas que as comunidades conceberam, considerando a pesquisa e os dados quanti-qualitativo do inventário da produção numa perspectiva de acordo com a realidade das comunidades, quando será definido quais os empreendimentos a serem implementados, pois, se tratando de processo participativo e onde os esforços estão convergindo para a participação do maior número possível de produtores ribeirinhos, as cadeias evidenciadas certamente serão a manifestação do desejo daquelas comunidades. E como processo de construção, a oficina é o melhor laboratório para a concepção do ensino-aprendizagem e do comprometimento com aquilo que for construído.

Cronograma das oficinas para definição de cadeias produtivas e pactuação com a comunidade.

Local de realização	Comunidades Envolvidas	Meses/semana							
		Abril/2010				Maio/2010			
		1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
Distrito de Demarcação	Demarcação – área urbana, e comunidades ao entorno: Lago do Jamari; Lago do Cuniázinho, Patoá, Independência, Boa Vista, Vista Alegre.								
Distrito De Calama	Comunidade do entorno: Gleba Rio Preto, Aliança do Rio Preto, São Vicente, Santa Maria, Firmeza, Ilha de Assunção, Fortaleza, Nova Esperança e Ressaca.								
Distrito de Calama	Área urbana de Calama.								
	Santa Catarina e comunidades do								

Santa Catarina	entorno: Papagaios, Santa Rosa, Espírito Santo, São José da Praia, Conceição do Galera, Laranjal, Bonfim, Ilha de Iracema, Pomba, Santa Catarina – área urbana.								
Distrito De Nazaré	Nazaré – área urbana comunidades do entorno: Prainha, Boa Hora, Vista Alegre, Boa Vitória, Ilha dos Periquito, Canarana, Ilha de Canarana, Bom Será e Curicacas.								
Distrito de São Carlos	São Carlos – área urbana e comunidades do entorno: Santo Antonio do Baixo Madeira, Santa Luzia, Terra Caída, Primor, Guarani, Prosperidade, Ilha Sobral, Ilha Brasileira e Bom Serazinho;								
Bom Jardim	Comunidade de Bom jardim e comunidades do entorno: Belém, Itacoã, Pau D’Arco, Ilha dos Veados, e Ilha dos Mutuns.								
Cujubim Grande	Cujubim Grande e comunidades do entorno: Nova Aliança, Aliança, Uepurunga, Cujubim Pequeno, Mutun do Baixo Madeira, Santana, São Miguel.								

Fase V: Elaboração do Pré-projeto executivo dos empreendimentos e Seminário de apresentação dos projetos a SAE e IBAMA, nos meses de abril e maio.

Etapa 4: Identificação e desenho de estratégias e ações complementares e indicadores.

A operacionalização desta etapa será definida posteriormente, visto que ela deverá ocorrer como o fechamento das ações previstas no PBA e sobre ela deverá se proceder aos ajustes, às estratégias e a formulação de indicadores que demandarão outras atividades, considerando que o monitoramento através dos indicadores também deverá ser discutido e referendado pelas comunidades envolvidas. Portanto, ficou previsto que esta etapa terá início a partir do mês de julho.